

Tarso Genro diz que governo apresentará proposta de elevação do superávit primário de 4,25% para 5%

Economia - Brasil

APOSTA NA ECONOMIA

O presidente do PT, Tarso Genro, afirmou que a equipe econômica vai apresentar uma proposta de elevação do superávit primário em 2006 de 4,25% do PIB (Produto Interno Bruto) para 5% do PIB. Genro classificou o aperto adicional nas contas do governo como "exagerado" e disse esperar que o governo tivesse em seu último ano de mandato mais fôlego para recompor a infraestrutura do país.

"A área econômica do gover-

no está apresentando agora, vejam bem do que eu me livre, um orçamento para o ano que vem propondo legalmente um superávit de 5%. Se eles propõem 4,25% e estão fazendo mais de 5%, se eles propuserem 5% vão fazer mais de 6%", afirmou. Segundo o presidente do PT, Palocci já encaminhou documento ao partido com o objetivo de iniciar a discussão sobre o aumento do superávit.

De acordo com Tarso, o Brasil já recuperou a confiabilidade institucional e financeira

para cumprir o superávit previsto no orçamento, sem necessidade de uma economia adicional. "O FMI exigia 3,75%, nós propusemos 4,25%, pra que mais?"

Tarso afirmou que Palocci é digno de elogios, mas que esperava uma flexibilização maior da política econômica no decorrer do mandato. "Minha contrariedade é não termos começado uma transição para juros mais baixos e superávit primário mais justo", afirmou.

Apesar das contrariedades quanto ao rumo da política econômica, Tarso afirmou que o presidente não vai tomar nenhuma medida econômica de caráter populista para fazer frente à crise política. O presidente do PT concedeu entrevista coletiva à imprensa internacional no Rio de Janeiro.

Receita

Superávit primário do setor público consolidado é o quanto de receita a União, os Estados, os municípios e as empre-

sas estatais conseguem economizar, sem considerar os gastos com os juros da dívida. O governo argumenta que precisa fazer superávits primários, pois se trata da única forma de conter o aumento da dívida pública e de evitar a moratória no futuro.

Para aumentar o superávit primário, o governo foi obrigado nos últimos anos a aumentar a arrecadação de impostos e a promover mais cortes nos gastos previstos no Orçamento. Ambas as medidas são impo-

puláres e contribuíram para limitar o crescimento da economia brasileira. Isso, por sua vez, implicou no aumento do desemprego e na queda da renda.

A economia de recursos, no entanto, também era a mais importante das exigências do FMI (Fundo Monetário Internacional) para emprestar dinheiro ao país. Mesmo com o fim do acordo no primeiro trimestre deste ano, o governo manteve o aperto fiscal com o objetivo de não perder a confiança do mercado internacional.